

MÓDULO 2 CONTRIBUIÇÕES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS

AULA 05 RECUPERAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS) RECOLHIDAS ACIMA DO TETO



% Você
Tributarista

O que é o teto do INSS?

Teto do INSS ou teto previdenciário é o valor máximo que um beneficiário do INSS pode receber.

Do mesmo modo, o cálculo contribuições previdenciárias recolhidas pelos contribuintes não podem ser calculadas acima do limite estabelecido para o teto.

O teto é reajustado anualmente.

Exemplo

Em 2023, o Teto do INSS é de R\$ 7.507,49.

Imagine uma pessoa que recebe R\$ 15.000,00 por mês.

- ✓ Se ela se aposentar em 2023 pelo Regime Geral de Previdência Social, receberá no máximo R\$ 7.507,49.
- ✓ Sua contribuição previdenciária devida será calculada sobre o teto de R\$ 7.507,49, **independentemente da alíquota**.
- ✓ A **base de cálculo** será, no máximo, o valor do teto.

Clientes potenciais

PESSOAS FÍSICAS que:

- ✓ tenham 2 empregos CLT
- ✓ tenham 1 emprego CLT e preste serviços como autônomo
- ✓ prestem serviços como autônomos

É possível evitar o recolhimento em duplicidade?

SIM, comunicando as fontes pagadoras que ultrapassem o teto, mediante declaração e/ou apresentação de comprovante de recolhimento, pelo teto, feito por outra fonte pagadora.

Documento

- ✓ Ponto de partida:

Extrato Previdenciário (CNIS), também chamado de extrato de contribuição (na opção **Relações Previdenciárias e Remunerações**).

- ✓ Analisar se o somatório do **salário de contribuição** (da base utilizada para recolher a contribuição) de uma mesma competência (mês) supera o teto.

Outros documentos

- Extrato do e-social
 - Holerites do empregado
 - RPA - Recibo de Pagamento Autônomo
 - GFIP (até 10/2021)
-
- Planilhar mês a mês
 - Atualização pela SELIC, a partir do pagamento indevido

Aspectos relevantes

- ✓ Prazo: últimos 5 anos (60 meses)
- ✓ Pedido administrativo: Receita Federal
- ✓ Ação judicial: União
- ✓ Ação judicial não depende de prévio requerimento administrativo

STF, ARE 1082240 / PE - PERNAMBUCO

Relator(a): Min. LUIZ FUX

Julgamento: 20/10/2017

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. **REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RGPS. DUAS OU MAIS ATIVIDADES REMUNERADAS. TETO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.** PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DO LIVRE ACESSO À JUSTIÇA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO, DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. REEXAME PRÉVIO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. INAPLICABILIDADE DO TEMA 350. PRECEDENTES. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO DESPROVIDO.(...)

É oportuno assinalar que nestes autos **discute-se a restituição tributária** enquanto que o RE 631.240 discorre sobre o interesse de agir na concessão de benefícios previdenciários. Assim, evidencia-se a inaplicabilidade do Tema 350 à presente causa. Nesse sentido: **ARE 1.076.706**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Dje de



<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/restituicoes-e-compensacoes/obter-restituicao>

 Receita Federal

O que você procura?



 > [Serviços](#) > [Restituições e Compensações](#) > [Obter restituição](#)

Obter restituição, ressarcimento ou reembolso

RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO OU REEMBOLSO

Pagamentos e Restituições

Obter restituição de tributos federais

Pagamentos e Restituições

Obter restituição do Simples e MEI

Pagamentos e Restituições

Obter restituição de empregador doméstico

Pagamentos e Restituições

Obter restituição de imposto de renda não resgatada no banco

Pagamentos e Restituições

Obter restituição de tributos por processo

Pagamentos e Restituições

Alterar dados bancários para restituição



LOCALIZAR SERVIÇO




Alterar perfil de acesso



Você tem novas mensagens

OCULTAR



 Novo
Documento

 Visualizar
Documentos

versão: 1.8.1

PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação

Que documento deseja criar?



Declaração de Compensação



Pedido de Restituição



Pedido de Reembolso



Pedido de Cancelamento



Atenção:

Selecione o tipo de crédito Pagamento Indevido ou a Maior inclusive para créditos de Pagamento Indevido ou a Maior - eSocial.



OCULTAR



Novo
Documento

Visualizar
Documentos

Pedido de Restituição

versão: 1.8.1

PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação

Que documento deseja criar?



Declaração de Compensação



Pedido de Restituição



Pedido de Reembolso



Pedido de Cancelamento

Documento Retificador?*

☐

Sim

☒

Não

Tipo de Crédito* ?

Contribuição Previdenciária Indevida ou a Maior



Apelido para Identificação do Documento*

Pedido INSS

Detalhamento do Crédito*

O crédito será detalhado neste documento



Pessoa Física Equiparada a Empresa?*

☐

Sim

☒

Não

Cancelar

Prosseguir

Não é permitido indicar crédito que tiver por fundamento a alegação de inconstitucionalidade de lei, exceto nos casos em que a lei:

- 1) Tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade ou em ação declaratória de constitucionalidade;
- 2) Tenha tido sua execução suspensa pelo Senado Federal;
- 3) Tenha sido julgada inconstitucional em sentença judicial transitada em julgado a favor do contribuinte;
OU
- 4) Seja objeto de súmula vinculante aprovada pelo Supremo Tribunal Federal nos termos do art. 103-A da Constituição Federal.

O crédito que você deseja identificar tem por fundamento a alegação de inconstitucionalidade de lei que NÃO esteja contemplada nas exceções acima apontadas?

☐ Sim ☒ Não

Cancelar

OK



OCULTAR



PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação

Novo Documento

Visualizar Documentos

Pedido de Restituição

Contribuição Previdenciária Indevida ou a Maior

Apelido: Pedido INSS

O crédito será detalhado neste documento

versão: 1.8.1



Identificar Documento



Informar Crédito



Informar Dados Gerais



Verificar Pendências



Enviar Documento

Identificação do Crédito

Contribuições Descontadas

Demonstrativo do Crédito

Competência do Crédito

Incluir Contribuição Descontada



Atenção:

Verifique se estão sendo informadas todas as contribuições descontadas de todas as fontes pagadoras referentes à competência objeto do pedido.

Contribuições Descontadas

Ordem	CNPJ/CPF	Nome	Entidade Beneficente	Remuneração Recebida	Valor da Contribuição Descontada
				Total	0,00



OCULTAR



PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação

Documento

Crédito

Dados Gerais

Pendências

Documento

Novo Documento

Visualizar Documentos

Pedido de Restituição

Contribuição Previdenciária Indevida ou a Maior

Apelido: Pedido INSS

O crédito será detalhado neste documento

versão: 1.8.1

Identificação do Crédito

Detalhamento GPS

Contribuições Descontadas

Demonstrativo do Crédito

Detentor do Crédito

Crédito apurado pelo próprio contribuinte

Detentor do Crédito em Situação Especial?

☐

Sim

☒

Não

Ano da Competência*

2021

Mês da Competência*

Março

Número de Identificação do Trabalhador*

Campo obrigatório

Informações do Segurado



Atenção:

No campo "Categoria do Segurado" deve ser selecionada a categoria na qual houve o recolhimento/desconto indevido ou a maior. As informações para preenchimento de GPS só serão habilitadas se a Categoria do Segurado for "Contribuinte Individual", "Segurado Facultativo", "Segurado Especial" ou "Empregado Doméstico".

Categoria do Segurado*

Contribuinte Individual

Justificativa do Pedido*

Contribuição acima do limite máximo



OCULTAR



PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação

Novo
Documento

Visualizar
Documentos

Pedido de Restituição

Contribuição Previdenciária
Indevida ou a Maior

Apelido: Pedido INSS

O crédito será detalhado
neste documento

Versão: 1.8.1

Identificação do Crédito

Detalhamento GPS

Contribuições Descontadas

Demonstrativo do Crédito

Competência do Crédito

Março / 2021



Atenção:

Verifique se estão sendo informadas todas as contribuições descontadas de todas as fontes pagadoras referentes à competência objeto do pedido.

Incluir Contribuição Descontada



CPF



CNPJ

CPF:*

999.999.999-99

Nome*

Indicador de Verificação Entidade Beneficente?*



Sim



Não

Remuneração Recebida*

Valor da Contribuição Descontada*

Cancelar

Salvar

Contribuições Descontadas

Ordem	CNPJ/CPF	Nome	Entidade Beneficente	Remuneração Recebida	Valor da Contribuição Descontada



OCULTAR <

PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação

Novo Documento

Visualizar Documentos

Pedido de Restituição

Contribuição Previdenciária Indevida ou a Maior

Apelido: Pedido INSS

O crédito será detalhado neste documento

versão: 1.8.1



Identificar Documento



Informar Crédito



Informar Dados Gerais



Verificar Pendências



Enviar Documento

Identificação do Crédito

Detalhamento GPS

Contribuições Descontadas

Demonstrativo do Crédito

Valor do Pedido de Restituição*

Campo obrigatório

Voltar

Salvar

Prosseguir

Dados Bancários do Titular do Crédito

Tipo de Conta*

Conta Corrente



Código*

999

Banco*

Selecionar Banco

Processo administrativo

- ✓ O resultado do pedido será informado por despacho decisório. Qual o prazo? No máximo 360 dias.
- ✓ Se o pedido for negado, cabe manifestação de inconformidade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão. Dirigido ao Delegado de Julgamento da Receita Federal do Brasil.
- ✓ Se contrária a decisão na manifestação de inconformidade, cabe Recurso Voluntário ao CARF.

Anulatória da decisão negativa

✓ Art. 169 do CTN.

Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Lei 11.457/07

Art. 24. É obrigatório que seja proferida decisão administrativa no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar do protocolo de petições, defesas ou recursos administrativos do contribuinte.

Cabe Mandado de Segurança contra o ato coator de ultrapassar esse prazo sem manifestação.

Se demorar demais, pode desistir e ir ao judiciário?

A propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou posteriormente a autuação, com o mesmo objeto, acarreta a **renúncia às instâncias administrativas**, ou desistência de eventual recurso interposto (Parecer Normativo nº 7/2014 e art. 87 do Decreto nº 7.574/2011). – **Mas cuidado com a prescrição!**

Súmula 625, STJ

O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

Ação de Restituição do Indébito Tributário

- ✓ Contra a União (Justiça Federal ou Juizados Especiais Federais)
- ✓ Em preliminar, esclarecer a desnecessidade de prévio requerimento administrativo
- ✓ Anexar documentos comprobatórios do recolhimento a maior, tais como:
 - CNIS
 - Extrato do e-social
 - Holerites do empregado
 - RPA - Recibo de Pagamento Autônomo
 - GFIP (até 10/2021)
 - Planilhar mês a mês